

Número de consumidores de livros aumenta e chega a 18% da população

O número de consumidores de livros cresceu em 2025 no Brasil, de acordo com pesquisa divulgada, recentemente, pela Câmara Brasileira do Livro (CBL) em parceria com a Nielsen BookData. Os dados mostram que 18% da população acima de 18 anos comprou ao menos um livro, impresso ou digital, no ano passado. O número representa um aumento de 2 pontos percentuais – 3 milhões de novos consumidores – em relação a 2024.

“O crescimento de 3 milhões de novos consumidores em um único ano mostra que o livro mantém sua relevância e que há espaço consistente para a expansão do mercado editorial brasileiro”, afirmou a presidente da Câmara Brasileira do Livro, Sevani Matos.

Ela explicou que esse aumento é resultado de uma estrutura que envolve editoras, livrarias, autores, influenciadores, políticas públicas e iniciativas de incentivo à leitura.

O estudo Panorama do Consumo de Livros contou com 16 mil entrevistas realizadas em outubro de 2025, incluindo pessoas que compraram livros ou não no último ano. Entre aqueles que não compra-



(Reprodução)

ram livros em 2025, cerca de 35 milhões de pessoas (28%) disseram que foram desmotivadas por falta de livraria ou loja por perto. Para 35% dos não compradores, os livros são caros.

Ainda na parcela de quem não comprou, um percentual de 16,3% informou que o motivo foi ter baixado livros digitais gratuitos e 16,1% disseram ter acesso a PDF gratuito. Coordenadora de Pesquisas Econômicas e Setoriais da Nielsen BookData, Mariana Bueno observou que grande parte desses casos está relacionada à pirataria.

“Para a gente [do setor livreiro], pirataria é demanda. Ou seja, são pessoas que estão, de alguma maneira, lendo mas não comprando. A gente diz que é uma demanda reprimida, que tem a possibilidade de o mercado alcançar, pensar ações para alcançar esse

grupo de pessoas”, disse Mariana.

PERFIL DOS CONSUMIDORES

Segundo o levantamento, as mulheres representam 61% do total de consumidores de livros. Considerando recorte de raça, classe e gênero, a pesquisa indicou que as mulheres negras da classe C são o maior grupo consumidor de livros do país, alcançando 15% do total.

A pesquisa apontou ainda que o maior crescimento ocorreu entre os jovens. Na faixa de 18 a 34 anos, houve aumento de 3,4 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Para Sevani, as redes sociais se tornaram uma porta de entrada importante para novos leitores.

Segundo a pesquisa, 56% dos consumidores de livros costumam fazer compras por meio das redes sociais. As mulheres

entre 25 e 54 anos representam 76% das consumidoras e 26% do total de consumidores de livros que compram por essas plataformas.

Em sua última compra, 80% dos consumidores adquiriram um livro impresso, enquanto 20% compraram a versão digital. Além disso, 70% dos consumidores de livros afirmam gostar de acompanhar lançamentos, principalmente por meio de sites de compras (34%), indicação de pessoas próximas (30%), livrarias (24%) e criadores de conteúdo (22%).

A livraria mantém papel estratégico na experiência de compra, considerando que, para 53% dos consumidores, é um espaço para relaxar e explorar sem pressa, enquanto 46% associam esses espaços à conexão com cultura e conhecimento. Na última compra de livro impresso, 53% adquiriram por meio de compra online e 47% presencialmente.

“O livro não é apenas um produto, mas uma experiência cultural. Fortalecer livrarias, bibliotecas e políticas de acesso é fundamental para sustentar esse crescimento”, concluiu a presidente da CBL. (ASC)

TRIÂNGULO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S/A
CNPJ nº 78.199.262/0001-14 - NIRE nº 41206047871
EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
Ficam convocados os Senhores Acionistas da TRIÂNGULO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S/A (“Companhia”) para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 24 de abril de 2026, às 9h00, na sede social da Companhia, situada na Avenida Carneiro Leão, nº 135, Sobreloja, Centro, CEP 87014-010, Maringá/PR, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (I) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (II) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício e eventual distribuição de dividendos. Ficam os Senhores Acionistas informados de que se acham à sua disposição, na sede social da Companhia, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Maringá/PR, 14 de abril de 2026. Diretoria: Michel André Felipe Soares - Diretor Geral e Rodrigo Seravali de Brito - Diretor Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO PROAMUSEP – UASG 926750
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 14/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026
Maringá/PR, 15 de abril de 2026.

O Consórcio Público Intermunicipal de Gestão da AMUSEP – PROAMUSEP, com sede a Avenida Nóbrega, 370 – Zona 04 – Maringá/PR, torna público que fará realizar às 09h00 (nove horas) do dia 04 de maio de 2026, no sistema eletrônico <https://www.gov.br/compras-pt-br>, licitação Exclusiva para ME/EPP, cujo objeto é o Registro de Preços para aquisição de bolsa de APH (atendimento pré-hospitalar) resgate e bolsa de punção, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, para serem utilizadas nas Viaturas de Suporte Básico e Avançado do SAMU Regional Norte Novo, cujo valor máximo para essa licitação é de R\$ 30.242,69 (Trinta mil duzentos e quarenta e dois reais e sessenta e nove centavos). A pasta técnica e a documentação com inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser adquirida na sede do Consórcio Público Intermunicipal de Gestão da AMUSEP – PROAMUSEP, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, ou pelo site <https://proamusep.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes>

KÉZIA PERES GUALDA
PREGOEIRA

QUER NOTÍCIAS
DIFERENCIADAS

LEIA
MARINGÁ MAIS

ACESSE E SAIBA
MAIS

Indústria fatura 4,9% mais em fevereiro, mas continua em queda anual

O faturamento real da indústria de transformação cresceu 4,9% em fevereiro, segundo os Indicadores Industriais divulgados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) recentemente. Em janeiro, o avanço havia sido de 1,3%, o que leva a um aumento acumulado de 6,2% em relação a dezembro de 2025.

Apesar da sequência positiva no início do ano, o desempenho não indica uma retomada consistente do setor, que continua pressionado pelos juros altos e pela desaceleração da economia.

QUEDA EM 12 MESES

Na comparação com o mesmo período de 2025, o cenário é negativo. O faturamento da indústria recuou 8,5% no primeiro bimestre de 2026, considerando os meses de janeiro e fevereiro.

De acordo com a CNI, o resultado reflete mais uma base de comparação enfraquecida do que uma melhora estrutural na atividade industrial.

“Ainda é cedo para apontar uma reversão do quadro negativo visto desde o segundo semestre do ano passado”, afirma Marcelo Azevedo, gerente de Análise Econômica da entidade.

PRODUÇÃO REAGE

As horas trabalhadas na

produção cresceram 0,7% em fevereiro, registrando o segundo avanço consecutivo. Ainda assim, o indicador acumula queda de 2,7% na comparação com o primeiro bimestre de 2025.

Segundo a CNI, o aumento recente compensa apenas parte das perdas registradas ao longo da segunda metade do ano passado.

CAPACIDADE ESTÁVEL

A Utilização da Capacidade Instalada (UCI) apresentou leve recuo, passando de 77,5% em janeiro para 77,3% em fevereiro. No acumulado do bimestre, o nível está 1,6 ponto percentual abaixo do registrado no mesmo período de 2025.

EMPREGO PARADO

Os indicadores do mercado de trabalho industrial permaneceram praticamente estáveis. O emprego caiu 0,1% em fevereiro, na comparação com janeiro, e acumula retração de 0,4% no primeiro bimestre frente ao ano anterior.

A massa salarial e o rendimento médio não tiveram variações relevantes no mês. No acumulado do ano, a massa salarial registra alta de 0,9%, enquanto o rendimento médio cresceu 1,4% em relação ao mesmo período de 2025. (ASC)

Teste do Pezinho pode ter alcance ampliado no Paraná

O deputado estadual Marcelo Rangel apresentou, na Assembleia Legislativa do Paraná, um projeto de lei que propõe ampliar o alcance do Teste do Pezinho no estado. A proposta prevê que o exame de triagem neonatal passe a rastrear progressivamente cerca de 50 doenças, fortalecendo as políticas de prevenção e diagnóstico precoce em recém-nascidos.

O projeto altera dispositivos da Lei Estadual nº 19.173/2017, que trata da política de triagem neonatal no estado. Pela proposta, o rol de doenças identificadas pelo exame poderá ser ampliado pelo poder público, seguindo

critérios técnicos e as diretrizes estabelecidas pelo Programa Nacional de Triagem Neonatal.

A medida também busca alinhar a legislação estadual à Lei Federal nº 14.154/2021, que reformulou o programa em âmbito nacional e determinou a ampliação progressiva das doenças rastreadas pelo Teste do Pezinho em todo o país.

Segundo Rangel, o objetivo é fortalecer uma das principais políticas de prevenção em saúde infantil. O exame, realizado a partir da coleta de gotas de sarnão do recém-nascido, permite identificar precocemente doenças genéticas, metabólicas, infecciosas e imunológicas que podem

comprometer o desenvolvimento da criança.

Atualmente, o Paraná já registra avanços na área. O programa estadual de triagem neonatal investiga aproximadamente 30 doenças por meio do Teste do Pezinho ampliado, o que demonstra, de acordo com o parlamentar, a capacidade técnica e estrutural da rede pública de saúde para ampliar ainda mais o diagnóstico precoce.

Na justificativa da proposta, o deputado destaca que ampliar o número de doenças rastreadas representa um investimento estratégico em saúde pública. O diagnóstico precoce possibilita tratamento imediato, reduz complica-

ções clínicas e internações hospitalares, além de diminuir custos futuros para o sistema de saúde.

“O compromisso é ampliar progressivamente o exame para alcançar cerca de 50 doenças, acompanhando a evolução técnico-científica e a capacidade operacional da rede pública”, afirma Rangel.

O projeto prevê que o Poder Executivo poderá regulamentar a lei no prazo de até 90 dias após eventual aprovação e sanção. Caso a proposta avance no Legislativo, a expectativa é fortalecer a prevenção e garantir maior proteção à saúde das crianças paranaenses desde os primeiros dias de vida. (ASC)

Escolas terão conteúdos de prevenção à violência contra a mulher

Os ministérios da Educação (MEC) e das Mulheres assinaram a portaria que regulamenta a Lei Maria da Penha Vai à Escola (nº 14.164/2021), para incluir conteúdos sobre a prevenção à violência contra crianças, adolescentes e mulheres nos currículos da educação básica.

A lei determina que o material didático sobre direitos humanos e enfrentamento à violência contra a mulher seja adequado a cada nível de ensino.

O ministro da Educação, Camilo Santana, defendeu que a discussão deve começar com

crianças e jovens nas escolas.

Para ele, a nova geração será formada com base no respeito, na equidade e na justiça. “Estamos afirmando um projeto de país. Um Brasil onde meninas possam viver sem medo, onde mulheres ocupem todos os espaços e onde o conhecimento seja instrumento de libertação.”

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Durante a cerimônia de lançamento pelo Fim da Violência, na Universidade de Brasília, foi assinado o Protocolo de Intenções para Prevenção e Enfrentamento

da Violência contra as Mulheres e acolhimento nas instituições públicas de ensino superior e na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

O documento orienta que instituições públicas não sejam omissas diante de casos de violência de gênero no ambiente acadêmico.

A ministra das Mulheres, Márcia Lopes, destacou a importância das medidas ao longo de toda a formação educacional. Ela citou o educador Paulo Freire: “A educação não transforma o mundo. A educação muda as pessoas e as

pessoas transformam o mundo.”

A ministra também defendeu a inclusão do tema nos currículos de graduação e pós-graduação, com impacto na formação profissional.

“Imagine daqui a 4, 5, 6 anos como sairão os profissionais que atuarão em áreas como saúde, educação e assistência social. Isso vale para todas as profissões”, afirmou.

O ministro Camilo Santana explicou que o documento representa uma construção coletiva baseada na escuta e na experiência das instituições. (ASC)

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/6A28-4D33-3CC2-9B24> ou vá até o site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 6A28-4D33-3CC2-9B24



Hash do Documento

DOC96F2ADCF813F36D4806067C24900967CA273D752FE59B54A27CA020E99C2

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 16/04/2026 é(são) :

angelo Lugoboni - 34.263.987/0001-59 em 16/04/2026 09:40 UTC-03:00

Nome no certificado: Catedral Editora Comunicacao Propaganda E Pesquis

Tipo: Certificado Digital - CATEDRAL EDITORA COMUNICACAO PROPAGANDA E PESQUIS - 34.263.987/0001-59

Evidências

Geolocation: Location not available.

IP: 172.16.4.2

AC: AC SyngularID Multipla

